

Ação contra dois pesos e duas medidas

FRANKLIN MARTINS

Uma operação de emergência para salvar a CPI do Orçamento da partidização e do descrédito começou a ser montada nas últimas 48 horas, articulada por um pequeno grupo de parlamentares influentes no Congresso, de diferentes partidos, cuja expressão visível é o líder do PFL, Luís Eduardo (BA). A primeira sugestão, negociada ontem com o relator da CPI, Roberto Magalhães (PFL-PE), é o sepultamento da idéia da divulgação de um relatório parcial pedindo a cassação de pouco mais de meia dúzia de parlamentares envolvidos em atos de corrupção antes do fim dos trabalhos da CPI.

“Nessa lista não vai entrar ninguém do PFL, ninguém de Pernambuco e ninguém do Senado”, disse um dos deputados que estão participando da articulação para dar rumos mais claros à CPI, preocupado com a possibilidade de que isso pudesse vir a enfraquecer a posição do relator, que é do PFL de Pernambuco, e passar a sensação de que os envolvidos mais importantes estariam sendo preservados. Esse deputado faz questão de se manter anônimo. “Não queremos despertar ciúmeiras nem pisar nos calos de ninguém. O essencial é ajudar a comissão a

fazer o que tem de ser feito: investigar com rigor e critério para punir exemplarmente todos os envolvidos e salvar a honra dos inocentes”, completou.

A avaliação é que a idéia de Magalhães de divulgar um relatório parcial na próxima semana com o objetivo de dar uma primeira satisfação à opinião pública, embora bem intencionada, acabou sendo um tiro pela culatra. Seu primeiro efeito foi praticamente paralisar os trabalhos da CPI. Vários acusados, a começar pelo deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), solicitaram imediatamente adiamento de seus depoimentos. Assim, a CPI não poderia formar de imediato uma opinião sobre a situação deles, o que lhes permitiria escapar do primeiro listão.

“Quem garante que a comissão, com as festas de Natal e Ano Novo pelo meio, conseguirá produzir um relatório final pedindo a cassação de todos os envolvidos?”, perguntou um aliado de Luís Eduardo. Além disso, os acusados na primeira relação poderão fazer papel de vítimas. “É um prato feito para um bom advogado de defesa”, comentou outro.

Mas não é apenas a suspensão do relatório parcial que está sendo aconselhada. Outras sugestões são a definição de critérios mais claros para a convocação dos depoentes e o estabelecimento de um cronograma mais rígido de trabalho. O fato de que parlamentares citados na primeira lista fornecida pelo economista José Carlos dos Santos,

como José Luís Maia (PPR-PI), Paes Landim (PFL-PI), Messias Góis (PFL-SE), Carlos Benevides (PMDB-CE), além do próprio Ibsen, não tenham ainda sido chamados a depor está causando enorme constrangimento no Congresso.

“Se não há elementos contra eles, é preciso que isso fique claro. O que não se pode é ter dois pesos e duas medidas”, disse um parlamentar. A CPI deverá também ser mais rigorosa na marcação dos depoimentos. Quem não aparecer no dia acertado não teria uma segunda oportunidade.

Para muitos, a CPI perdeu o rumo após a divulgação dos documentos apreendidos na casa de Ailton Reis, diretor da construtora Norberto Odebrecht. “Não há mais critérios transparentes de indiciamento”, disse um deputado, citando os casos dos deputados Osmânio Pereira (PSDB-MG) e Eraldo Tinoco (PFL-BA), que tiveram seus sigilos bancários quebrados.

O nome de Pereira não aparece por extenso nos documentos da Odebrecht, só as iniciais O.P. “Pode ser abreviatura de ordem de pagamento”, brincou o parlamentar. Tinoco não é sequer autor da emenda citada nos papéis: ela pertence ao deputado Jesus Tajra (PPR-PI). “Enquanto isso, Roseana Sarney e Miguel Arraes, que aparecem em situação pelo menos tão comprometedora, não são investigados. Isso está criando um enorme mal-estar na Casa, que pode ter consequências desastrosas”, completou.